



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Recife, 06 de maio de 2015

Ofício nº 123/2015- Sec- CIJ
Senhor Coordenador,

Cumprimentando Vossa Excelência, sirvo-me do presente expediente para encaminhar cópia do Ofício Circular nº 004/2015 remetido por esta Coordenadoria aos juízes com jurisdição em Infância e Juventude do Estado de Pernambuco, visando correção e adequação na alimentação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos – CNCA, gerido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Considerando que os temas ali tratados, direta e indiretamente, afetam essa Instituição, em especial a tormentosa questão do acolhimento de pessoas com idade superior à 18(dezoito) anos, quase sempre portadoras de enfermidades físicas e/ou mentais, em unidades destinadas à crianças e adolescentes, mantidas com verbas orçamentárias previstas para a população infanto-juvenil, solicito análise e posicionamento sobre uma intervenção conjunta para resolução do problema.

Sem outro assunto para o momento e colocando-me à disposição para dirimir eventuais dúvidas, aproveito o ensejo para renovar protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Coordenador da Infância e Juventude do TJPE

AO

EXMOSR.

DR. CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO
COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL À INFÂNCIA E
JUVENTUDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
NESTA

Rua João Fernandes Vieira, nº 405, Boa Vista, Recife – Pernambuco.
Fone: (81) 3181.5937 – CEP 50050-200

CAOPIJ / PGJ
Recebido em: 02/05/15
12:30 horas
Fábio da Silva
Secretário responsável

MPPE - ARQUIMEDES
Nº AUTO. 201514923866
Nº DOC. 5379267



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Ofício Circular nº 04/2015- CIJ

Recife, 24 de abril de 2015

Senhor(a) Juiz(a),

Cumprimentando Vossa Excelência, sirvo-me do presente expediente para informar que de acordo com Relatórios emitidos pelo Cadastro Nacional de Crianças/Adolescentes Acolhidos – CNCA, foi possível detectar algumas falhas de alimentação do mesmo, tais como:

1. Manutenção no CNCA de acolhidos que à época do acolhimento eram crianças/adolescentes, mas que atualmente são maiores de 18 anos, embora ainda se encontrem acolhidos em diversas Instituições destinadas ao público infanto juvenil no Estado de Pernambuco;
2. Manutenção de crianças/adolescentes que já não se encontram mais acolhidos nas Instituições, embora não exista Guia de Desligamento para os mesmos;
3. Existência de casos em que crianças/adolescentes foram transferidos de Instituições e suas respectivas Guias não foram atualizadas;
4. Existência de casos de crianças/adolescentes e Instituições cadastrados em duplicidade; e
5. Existência de casos de crianças/adolescentes cadastrados com insuficiência de informações básicas. Neste item, algumas inconsistências são consideradas erros de sistema e suas correções já estão sendo providenciadas junto ao CNJ.

Eventualmente essa Comarca se insira em uma ou mais das hipóteses antes referidas.

Com relação ao item 1, sabe-se da gravidade do problema, onde a maioria dos acolhidos são portadores de alguma deficiência física e/ou mental permanente e que assisti-los e prover-lhes as necessidades básicas, como abrigo, alimentação, vestuário, medicamentos, higiene, apoio jurídico para que possam ter acesso ao “benefício de prestação continuada”, ou reinserção



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

familiar é de responsabilidade do Estado. Porém é preciso que haja um sistema de acompanhamento específico para esses casos, visto que a apropriação de verbas públicas existe, mas não deve ser a verba destinada para o acolhimento de crianças e adolescentes. Dessa forma contamos com a colaboração de todos os magistrados e equipes interprofissionais no sentido de não permitir a continuidade dessa situação, até porque ela é mais uma manifestação de sub cidadania para cada um dos acolhidos acima dos 18 anos. Para tanto, do ponto de vista operacional todos os casos detectados pela Comarca devem ser retirados do Cadastro Nacional de Crianças/Adolescentes Acolhidos – CNCA e comunicados a esta Coordenadoria da Infância e Juventude, ao Dirigente da Casa de Acolhimento, ao Ministério Público, as autoridades do Executivo local e Estadual para que providenciem que tais pessoas sejam transferidas para locais dignos, deixando de ocupar vagas e dotações da rede de proteção às crianças e adolescentes.

Com relação aos demais itens, solicito todo o empenho das equipes interprofissionais e cartoriais no sentido de que sejam atualizados todos os dados referentes aos acolhidos sob sua responsabilidade. Caso tenham alguma dificuldade no manuseio do sistema poderão entrar em contato com Sandra Barbosa e/ou Maria Tereza Graça Silgueiro nos telefones (081) 31815939 e 31815879 respectivamente. Ainda se necessário podem ser reportar ao e-mail sandra.barbosa@tjpe.jus.br e maria.silgueiro@tjpe.jus.br.

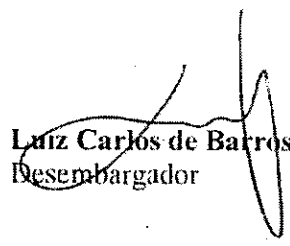
Informo ainda que esta Coordenadoria continuará esse trabalho de organização do CNCA e todas as inconsistências encontradas serão comunicadas a Vossa excelência, através de Dra. Hélia Viegas, Secretária-Executiva da Ceja-PE, para que as mesmas sejam corrigidas na própria Comarca, podendo contar com o apoio, se necessário do Núcleo de Assessoramento em Tecnologia da Informação e/ou Núcleo da Ceja.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Sem mais para o momento, colocando-me ao inteiro dispor para dirimir eventuais dúvidas sobre o assunto.

Atenciosamente


Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Desembargador

Exmo(a) Sr(a)
Juiz de Direito da Infância e Juventude
Tribunal de Justiça de Pernambuco